

A sexualidade e os direitos sexuais e reprodutivos da população em situação de rua: uma discussão necessária para garantia do cuidado integral

The sexuality and the sexual and reproductive rights of homeless people: a necessary discussion to guarantee integral care

DOI:10.34117/bjdv8n5-021

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

Maria Luiza de Barba

Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Endereço: Av. das Américas, 700 Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22640-100

E-mail: marialuizadebarba@hotmail.com

Ana Leticia Damasceno Ramos Vieira

Graduanda de Medicina

Instituição: Universidade Estácio de Sá - Campus Città América

Endereço: Av. das Américas, 700 Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22640-100

E-mail: analeticiavieira2302@gmail.com

Andressa Cristina Direito Henriques

Graduanda de Medicina

Instituição: Universidade Estácio de Sá - Campus Città América

Endereço: Av. das Américas, 700 Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22640-100

E-mail: andressahenriques98@gmail.com

Eduarda Lays Lang

Graduanda de Medicina

Instituição: Universidade Estácio de Sá - Campus Città América

Endereço: Av. das Américas, 700 Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22640-100

E-mail: dudalays@hotmail.com

Graziela Cristina Mardegan Motta

Graduanda de Medicina

Instituição: Universidade Estácio de Sá - Campus Città América

Endereço: Av. das Américas, 700 Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22640-100

E-mail: graziela.mardegan@gmail.com

Juliana Mandarinio Martino e Silva

Graduanda de Medicina

Instituição: Universidade Estácio de Sá - Campus Città América

Endereço: Av. das Américas, 700 Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22640-100

E-mail: juliana.mandarinio@hotmail.com

=

Letícia Réa Dracxler

Graduanda de Medicina

Instituição: Universidade Estácio de Sá - Campus Città América

Endereço: Av. das Américas, 700 Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22640-100

E-mail: dracxlerrealeticia@gmail.com

Lori Cardoso da Costa

Graduanda de Medicina

Instituição: Universidade Estácio de Sá - Campus Città América

Endereço: Av. das Américas, 700 Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22640-100

E-mail: loricardoso06@gmail.com

RESUMO

Com o aumento gradativo da população em situação de rua, abordar sobre os determinantes sociais que permeiam tal população é fundamental para o entendimento de suas necessidades e identificação das principais vulnerabilidades que os cercam. Apesar da Política Nacional da População em Situação de Rua assegurar seus direitos, não há qualquer menção de forma explícita aos direitos sexuais desta população, evidenciando, assim, uma lacuna nesta linha de cuidado. Vale ressaltar que apesar da atenção à saúde sexual e reprodutiva ser uma das áreas de atuação prioritárias da Atenção Básica em Saúde, tais direitos não são efetivamente garantidos. Este estudo objetivou analisar como a omissão dos direitos desse grupo traz consequências aos seus integrantes, bem como apresentar um estudo sobre a população em situação de rua e seus direitos sexuais. Para tanto, foi utilizado o método de coleta de dados com levantamento de artigos sobre o tema e Políticas Nacionais. Trata-se de um trabalho qualitativo, com o desenho de uma revisão integrativa. Os dados foram analisados por método de análise de conteúdo. A saúde reprodutiva deveria ser compreendida como a possibilidade de as pessoas manterem uma vida sexual satisfatória e segura, com condições de se reproduzirem e o direito à liberdade de decidir quando e com que frequência serão mantidas as relações sexuais. Ademais, o Estado deve garantir que as mães tenham condições materiais necessárias para ter a guarda de seus filhos, considerando desta forma o direito à convivência familiar, visto que a situação de rua por si só não pode configurar fundamento para retirada de crianças de suas mães. Os direitos sexuais da População em Situação de Rua ainda é um tema pouco abordado pelos estudos já existentes, e de suma importância o Estado garantir à esta população condições necessárias para uma vida digna, e para que o sistema de saúde possa atuar efetivamente sobre inúmeros determinantes sociais que refletem na saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: população em situação de rua, direitos sexuais e reprodutivos, integralidade.

ABSTRACT

With the gradual increase in the homeless population, addressing the social determinants that permeate this population is fundamental to understanding their needs and identifying the main vulnerabilities that surround them. Despite the National Policy for the Homeless Population guaranteeing their rights, there is no explicit mention of the sexual rights of this population, thus showing a gap in this line of care. It is worth mentioning that despite the attention to sexual and reproductive health being one of the priority areas of action of Primary Health Care, such rights are not effectively guaranteed. This present study aimed to analyze how the omission of the rights of this group has consequences for its members,

as well as to present a study on the homeless population and their sexual rights. For this purpose, the method of data collection was used, with a survey of articles on the subject and National Policies. It is a qualitative work, with the design of an integrative review. Data were analyzed by content analysis method. Reproductive health should be understood as the possibility for people to maintain a satisfactory and safe sex life, with conditions to reproduce and the right to freedom to decide when and how often to have sexual relations. In addition, the State must guarantee that mothers have the material conditions necessary to have custody of their children, thus considering the right to family life, since the street situation alone cannot constitute a basis for removing children from their mothers. The sexual rights of the homeless population are still a topic that has not been addressed by existing studies, and it is extremely important for the State to guarantee this population the necessary conditions for a dignified life, and so that the health system can act effectively on numerous determinants. that reflect on health and quality of life.

Keywords: homeless persons, reproductive rights, integrality in health.

1 INTRODUÇÃO

A população em situação de rua vem crescendo gradativamente no Brasil nas últimas décadas. De acordo com a Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPSR), considera-se que esse grupo possui em comum a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos e/ou fragilizados e a inexistência de moradia, resultando na utilização de locais públicos como espaço de habitação e sustento. Dentre os princípios da PNPSR, é importante ressaltar o respeito e a dignidade da pessoa humana, valorização e respeito à vida e o atendimento humanizado e universalizado, que se pode considerar como fundamentais quando se fala de uma população que está às margens da sociedade (BRASIL, 2009). Com isso, evidencia-se o vínculo com o processo de determinação social da saúde, no qual é importante considerar o fato de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde (BUSS, PELLEGRINI FILHO, 2007).

O Instituto de Pesquisa Avançada e Estatística (IPEA), divulgou os dados da sua última pesquisa realizada em março de 2020, apresentando aproximadamente 221.869 pessoas em situação de rua, com distribuição de 82% homens e 18% mulheres, demonstrando um crescimento ao longo dos anos. Esse número não é fidedigno, uma vez que a população em situação de rua nunca entrou nos estudos do CENSO oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, vale ressaltar que são apenas estimativas, tornando mais difícil incluir adequadamente esse segmento nos cenários de atenção pública e no planejamento governamental geral (SCHUCH, 2015). É

sabido que os números da população em situação de rua são maiores nos grandes municípios, e são neles que se observa uma taxa de crescimento cada vez maior, tendo como possível causa o aumento da pobreza e do desemprego nesses lugares, fazendo com que essas pessoas passem dificuldades dia após dia, sofrendo com diversas perdas de direitos previstos pela Constituição Federal.

O objetivo principal da PNPSR é garantir acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos que vivem nas ruas e possibilitar a reintegração dessas pessoas a suas redes familiares e comunitárias (DE BARBA et al, 2021). Entretanto, analisando-se o Decreto, observa-se que em momento algum o direito sexual dessa população é mencionado de forma explícita, o que leva a inferir a existência de uma lacuna nesse ponto de cuidado tão importante, principalmente se tratando de pessoas possivelmente mal instruídas e que pouco têm acesso ao conhecimento de autocuidado e saúde sexual.

Segundo o Caderno de Atenção Básica nº 26 (BRASIL, 2010), a atenção em saúde sexual e reprodutiva é uma das áreas de atuação prioritárias da Atenção Básica em Saúde. Apesar de fazer parte dos Direitos Fundamentais, estes não são plenamente respeitados quando se trata da população em situação de rua, uma vez que os direitos reprodutivos e os direitos sexuais não são garantidos a essa população de forma efetiva e adequada.

É muito comum a associação pela população de sexualidade a sexo, considerando-os como sinônimos. Embora o ato sexual seja uma das dimensões da sexualidade, esta não se limita à função biológica responsável pela reprodução, mas diz respeito a um conjunto de características humanas que manifesta desejos e vai muito além do corpo físico. Pensando sob esse prisma, é mister reconhecer a importância da sexualidade para a construção da sociedade, que desde sempre trata o tema com preconceito, devido a tabus e mitos, além de relações desiguais de poder entre homens e mulheres que estão presentes em todas as esferas sociais, incluindo, dessa forma, a população em situação de rua (BRASIL, 2010).

2 METODOLOGIA

Trata-se de estudo um qualitativo, com desenho de revisão integrativa. Realizou-se a busca de artigos indexados no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e PubMed. Para a busca dos artigos, foram utilizados os descritores em associação “população em situação de rua”, “pessoas em situação de rua”, “população de rua”, “homeless persons”, “direitos sexuais e reprodutivos”, “sexual and reproductive rights”, “sexualidade” e “sexuality”.

Os critérios de inclusão foram idioma de publicação em inglês e/ou português; estar disponível, em sua íntegra, nas bases de dados selecionadas, na modalidade artigo científico; e ano de publicação nos últimos dez (10) anos. Utilizando os descritores supracitados, foram encontrados 58 artigos. Todos foram exportados e tiveram os resumos lidos, passando posteriormente por uma triagem que levou em consideração os critérios de inclusão descritos anteriormente. Após leitura integral, 10 estudos foram selecionados para compor a amostra final (Anexo 1). Análise de dados foi realizada pela metodologia de análise de conteúdo, sendo identificados os diferentes núcleos do sentido que orientaram a busca pela resposta à questão norteadora do estudo.

3 RESULTADOS

A amostra final desta revisão foi constituída por 10 artigos científicos, sendo estes publicados nos últimos 7 anos, com anos de publicação entre 2014 e 2020. Todos os artigos tiveram como idioma principal o inglês e como critério de inclusão pessoas em situação de rua, diferenciando-se apenas o sexo, idade e local. Observa-se que a maioria relatou como público da amostra ser homem, adulto, porém em 2 (20%) dos estudos abordou-se esses temas em adolescente e 1 (10%) estudo estabeleceu como critério de inclusão sexo feminino.

Dos estudos analisados, foram encontrados 60% artigos que utilizaram a metodologia de abordagem quantitativa, fazendo uso de dados primários, 10% apresentaram-se como revisão de literatura com abordagem quanti-qualitativa e 30% foram estudos qualitativos. Ademais, 60% da amostra aborda pelo menos um dos três grandes temas de pesquisa, sendo eles os direitos sexuais, a sexualidade e os direitos reprodutivos. No entanto, os demais artigos não fazem referência a nenhum dos grandes temas.

Foi observado na amostra a recorrência de temáticas, tais como: vulnerabilidade, a qual foi a temática encontrada na maioria da amostra (80%); abuso sexual e violência física e sexual, encontrados em 60% dos estudos; Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e promoção de saúde para prevenção das mesmas, encontradas em metade (50%) da amostra; uso de drogas lícitas e ilícitas, relatado em 30% dos artigos selecionados; problemas de saúde mental, observados em 20% dos estudos; ausência de direitos reprodutivos, descrito em 10% da amostra; e questões ligadas à maternidade e à paternidade, abordadas em 10% dos estudos.

4 DISCUSSÃO

A política criada em 2009 para a população em situação de rua assegura que os entes federados devem atender às demandas da população em situação de rua de forma integral, dando destaque ao acompanhamento às gestantes no pré-natal, parto e puerpério. Prevê no artigo 129 que a abordagem oferecida às mulheres e adolescentes deve ser ampliada, não restringindo-se somente à garantia dos direitos reprodutivos. Ademais, no artigo 126 determina que os serviços de atendimento para a população em situação de rua devem considerar que as mulheres, adolescentes e crianças podem demandar atenção específica em relação às questões fisiológicas, devendo lhes ser ofertado absorvente, contraceptivo, acompanhamento ginecológico e obstétrico, dentre outros.

Além disso, o Estado deve garantir as condições materiais necessárias, tais como moradia e renda, bem como apoio social e psicológico especializado, para que as mulheres adultas e adolescentes em situação de rua possam ter a guarda de seus filhos e filhas, considerando o direito à convivência familiar e comunitária e o melhor interesse da criança. A situação de rua por si só não pode configurar fundamento para a retirada de crianças de suas mães. Todavia, apesar de abarcar de forma ampla os cuidados de saúde, reconhecendo os diferentes determinantes sociais que afetam o processo de saúde e doença, a política não descreve de forma clara a abordagem necessária para a ampliação desses cuidados quando em referência à sexualidade e aos direitos sexuais (BRASIL, 2009).

Considerando o cenário apresentado atualmente com o número crescente de pessoa em situação de rua e com um número ainda não estimado, falar sobre o tema da sexualidade e dos direitos sexuais nessa população se torna relevante na repercussão do Sistema Único de Saúde, mas principalmente para o cuidado com o indivíduo em um olhar integral à saúde (MONTENEGRO, DE BARBA, POSSA, 2015). Sabe-se que, historicamente, esta população é restrita de acesso à saúde, muitos não estando cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde e, conseqüentemente, sendo “invisíveis” para a rede de serviço em saúde. Este cenário se agrava quando observado que a Política Nacional de Atenção Básica estabelece a exigência de comprovante de residência para o cadastramento dos usuários (BRASIL, 2017). Dessa forma, a população em situação de rua acaba sofrendo com restrição de um importante nível de atenção para os cuidados continuados, tendo apenas as emergências como porta de entrada quando se veem submetidos a situações agudizadas, incapacitantes ou, até mesmo, vítimas de violência.

Considerando a determinação social da saúde, que envolve todo o processo de saúde e doença, é possível elencar que os principais fatores determinantes desse adoecimento são a restrição à moradia, as condições de vida precárias, a falta de lazer, saneamento básico e de alimentação saudável (DE BARBA et al, 2021). Isso, por sua vez, afeta diretamente na expressão de saúde dessa população e acabam resultando em uma visão preconceituosa pela sociedade. Muitas vezes, esta visão também é reproduzida pelos profissionais da saúde, apesar do princípio fundamental do Sistema Único de Saúde de universalidade do acesso, no qual o atendimento e acolhimento à população deve ser feito independente de raça, cor, gênero, sexo, classe social ou condição de vida e moradia (BRASIL, 2012).

Conjugado com a Política Nacional de Humanização discute-se a necessidade de classificação de risco em que as condições de determinação social em saúde devem estar inclusas e precisam ser colocadas para o cuidado na atenção primária junto à demanda espontânea, viabilizando o acesso à população além das situações de agudização de uma condição de saúde. Neste escopo, a Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2017) instituiu a criação de unidades especializadas para o atendimento às populações específicas, dentre elas a população em situação de rua, por meio dos Consultórios na Rua (BRASIL, 2012).

Quando apresentado o tema dos direitos sexuais, percebe-se que as abordagens feitas pelas equipes de saúde são restritas às infecções sexualmente transmissíveis, deixando de lado as ações voltadas para o planejamento familiar. Nota-se nos estudos avaliados que tal abordagem perpetua-se entre as diferentes equipes, pois ainda se trabalha na perspectiva do cuidado integral sem que esteja fundamentado nos vieses de estruturação dos imaginários da saúde.

Para Cook, Dickens e Fathalla (2004), o conceito de saúde reprodutiva surgiu como resposta à fragmentação dos serviços de saúde que atuam na área da saúde reprodutiva. A saúde é definida como sendo o estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. Assim, a saúde reprodutiva deveria ser compreendida como a possibilidade de as pessoas manterem uma vida sexual satisfatória e segura, com condições de se reproduzirem e o direito à liberdade de decidir quando e com que frequência serão mantidas as relações sexuais. A saúde reprodutiva não é uma questão importante apenas na área da saúde, ela também envolve aspectos ligados ao desenvolvimento e aos direitos humanos. Por seu impacto, sua urgência e por estar associada a injustiças sociais.

No que tange os direitos sexuais da população em situação de rua e suas fragilidades, nota-se uma percepção diferente sobre a sexualidade nesses indivíduos. Em sua imensa maioria, o sexo é utilizado como instrumento de trabalho, como moeda de troca de comida, drogas, moradia e sobrevivência. Com isso, a procura por cuidados em saúde fica ainda mais prejudicada, pois os estigmas sobre a sexualidade nessa população perduram em todas as esferas, incluindo a da saúde que impede a formação de vínculo com esse grupo social (REW, FOULADI, YOCKEY, 2002).

Conforme uma revisão bibliográfica de estudos feitos nos Estados Unidos, onde o aborto é legalizado, viu-se que mesmo com essa prática legal e com baixo ou nenhum custo, as pessoas em situação de rua do país optam por realizar o auto-aborto, sem nenhuma assistência médica. Ainda, nesse mesmo estudo, percebeu-se que a gravidez é fruto, na grande maioria das vezes, de um sexo para sobrevivência ou sexo forçado. Com isso, muitas das mulheres nessa situação acham que não tem direito de fazer o aborto, ou acham que vão envergonhar o país e gerar custos desnecessários. Além disso, notou-se a falta de acesso a informações precisas sobre as opções de aborto e como acessá-las de maneira segura e livre de estigma pode contribuir para tentativas de autoinduzir o aborto com métodos inseguros (MUNRO, et al., 2021).

Ademais, segundo Munro (2021), também se identificou que os jovens que se encontram nesta situação podem considerar um potencial impacto negativo de sua escolha pelo aborto em seu relacionamento com sua família ou parceiro. Mesmo em estados que possuem políticas de aborto altamente favoráveis e atenção ao aborto gratuita, os jovens que viviam sem-teto ainda percebiam que havia barreiras para o acesso ao procedimento. Essas barreiras baseavam-se principalmente em percepções pessoais e incluíam a crença de que um 'aborto espontâneo' geraria mais simpatia dos colegas, suposições de que o aborto seria caro (sem financiamento público) e medo de que os familiares fossem notificados.

Outro estudo realizado no estado do Texas, Estados Unidos, buscou saber sobre os traumas causados nas mulheres em situação de rua e mostrou que muitas carregam histórias traumáticas mesmo após décadas do parto. O impacto do trauma causado pela gestação indesejada no grupo entrevistado nessa pesquisa foi evidente, já que as mulheres ainda traziam em suas declarações emoções cruas e utilizavam palavras como devastada e quebrada para relatar sua vida após a gestação. Ademais, as mulheres em situação de rua que tiveram gravidez indesejada precocemente relataram a perda de oportunidades, sonhos e perspectiva de vida (CRONLEY, HOHN, NAHAR, 2017).

Sob a perspectiva masculina, é necessário conscientizar os homens do dever e do direito à participação no planejamento reprodutivo. A paternidade não deve ser vista apenas do ponto de vista da obrigação legal, mas, sobretudo, como um direito do homem a participar de todo o processo, desde a decisão de ter ou não filhos, como e quando tê-los vem como do acompanhamento da gravidez, do parto, do pós-parto e da educação da criança. É importante ressaltar que os adolescentes e jovens adultos também devem ser reconhecidos como sujeitos dos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, a eles devem ser disponibilizadas informações e métodos contraceptivos. Na eventualidade de uma gravidez, o importante é assegurar condições para que a paternidade seja vivenciada de modo responsável.

Ademais, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem objetiva orientar as ações e serviços de saúde para o atendimento à população masculina com integralidade e equidade, primando pela humanização da atenção (BRASIL, 2008). É sabido e comprovado o fato de que os homens são mais vulneráveis às doenças, sobretudo às enfermidades graves e crônicas, e que morrem mais precocemente que as mulheres. Além disso, os homens não buscam, como as mulheres, o serviço de saúde, principalmente os que visam prevenção e promoção como a atenção primária. Já em relação à terceira idade, é necessário reconhecer as pessoas como sujeitos de direitos sexuais, validando que o exercício da sexualidade não é necessariamente interrompido com o avanço da idade. A sexualidade é uma importante dimensão da vida subjetiva, afetiva e relacional das pessoas (BRASIL, 2008).

Segunda Andrade, Costa e Marquetti (2014), pessoas em situação de rua adoram alguns cuidados no que tange a prática das relações sexuais, tais como: esperar um horário de pouca movimentação nas ruas, fazer cabanas de papelão, ir a um terreno baldio ou alugar um quarto barato. Portanto, percebe-se um cuidado quando há necessidade ou oportunidade de manter relações sexuais no contexto das ruas, incluindo o espaço físico como uma das opções que lhe dá proteção para as IST como segurança para situações de violência que porventura vierem a acontecer.

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) são consideradas um problema de saúde pública, com ocorrência estimada em mais de 340 milhões de novos casos no mundo, por ano, acometendo, principalmente, homens e mulheres entre 15 e 49 anos de idade (BRASIL, 2011). Alguns grupos populacionais, a exemplo das pessoas em situação de rua, são consideradas como vulnerabilizadas. Assim, a presença de um espaço específico, delimitado, protegido para manter relações sexuais se constitui um fator de

prevenção e proteção, tanto para IST como para sua segurança física e emocional (PORCINO, 2019).

Para Caccamo (2017), uma vez que os jovens se tornam desabrigados, correm maior risco de eventos adversos em saúde, principalmente relacionados à vida sexual, como infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e vírus da imunodeficiência humana (HIV). Isso se explica pela maior propensão a comportamentos sexuais de alto risco, dentre eles o uso de álcool e drogas, múltiplos parceiros sexuais, uso inconsistente de preservativos, violência e sexo para sobrevivência. Somado a isso, apresenta-se a restrição do acesso aos preservativos ofertados pela Atenção Primária em Saúde, devido as concepções pré-estabelecidas de distanciamento dos serviços de saúde à PSR, direcionando as práticas de cuidado somente aos Consultórios de Rua.

Cabe, portanto, discutir a necessidade de reestruturação do fluxo de acolhimento da PSR nos serviços de Atenção Primária, atendendo aos atributos fundamentais de ampliação do acesso e integralidade do cuidado. Considerando as diretrizes da universalidade e equidade defendidas pelo SUS, fica evidente que os sistemas de saúde locais precisam garantir ações de promoção à saúde pautadas no princípio da autonomia dos sujeitos e exercício da cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou uma grande defasagem de conteúdo e desconhecimento sobre o tema dos direitos sexuais para a PSR. As publicações nessa área baseiam-se, em sua grande maioria, nas vulnerabilidades e problemas enfrentados ou causados por esta população, todavia não dão enfoque os seus direitos ao acesso do cuidado. Para isso, o Estado deve garantir as condições de vida necessárias para PSR, bem como para a dignidade humana, conforme previsto na Política Nacional da População em Situação de Rua, além de promover o direito à convivência e comunidade.

Além disso, é necessário um olhar único e integral ao indivíduo pelo Sistema Único de Saúde, promovendo integralidade, equidade e humanização, oferecendo um serviço de qualidade para essa população que já carrega tantos determinantes sociais que afetam em sua saúde. Dessa forma, sugere-se que novos estudos sejam realizados, com metodologias capazes de evidenciar a realidade vivida pela PSR quanto ao exercício da sua sexualidade e dos direitos sexuais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. P., COSTA, S.L., MARQUETTI, F.C. **A rua tem um imã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo.** Saúde e sociedade. vol.23, n.4, p.1248-1261, 2014. Acesso em: 20/08/2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000401248

BRASIL. Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Seção 1, 24 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Nota Técnica: Estimativa da População de rua no Brasil (Setembro de 2012 a Março de 2020) - Marco Natalino.** Brasília: Ministério da Economia, Junho 2020. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf Acesso em Set 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes.** Brasília: 40p, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua.** Brasília: 100p, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais. **Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira.** Brasília: 126p, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva.** Brasília: 302p, 2010.

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Direitos das pessoas em situação de rua.** Brasília: MPDFT, Julho 2018. Disponível em https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_direitos_das_pessoas_situacao_de_rua_mpdft.pdf Acesso em Set 2021.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. **A Saúde e seus Determinantes Sociais.** In PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17(1): 77-93, 2007.

CACCAMO, A., KACHUR, R., WILLIAMS, S.P. **Narrative Review: Sexually Transmitted Diseases and Homeless Yout.What Do We Know About Sexually Transmitted Disease Prevalence and Risk?.** Sex Transm Dis. 2017;44(8):466-476. doi:10.1097/OLQ.0000000000000633

COOK, R. J.; DICKENS, B. M.; FATHALLA, M. F. **Saúde reprodutiva e direitos humanos: integrando medicina, ética e direito.** Rio de Janeiro: Cepia. 2004.

CRONLEY, C., HOHN, K., NAHAR, S. **Reproductive health rights and survival: The voices of mothers experiencing homelessness.** *Women Health.* 2018 Mar;58(3):320-333. doi: 10.1080/03630242.2017.1296060. Epub 2017 Mar 20. PMID: 28278012.

DE BARBA et al. Os desafios para o manejo de doenças crônicas na população em situação de rua. **Brazilian Journal of Health Review.** v.4, n.2, p 9257-9273. Disponível: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/issue/view/124>. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n2-426>

MONTENEGRO, C.A; DE BARBA, M.L.F; POSSA, L.B. A formação dos trabalhadores da saúde no acolhimento e cuidado aos moradores de rua: uma revisão na literatura. **Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia,** [s. l.], v. 2, ed. 4, 2015.

MUNRO S, et al. **Access experiences and attitudes toward abortion among youth experiencing homelessness in the United States: A systematic review.** *PLoS One.* 2021 Jul 1;16(7):e0252434. doi: 10.1371/journal.pone.0252434. PMID: 34197477; PMCID: PMC8248724.

PORCINO, C. et al. **Sexo Abrigado: cuidados de pessoas em situação de rua para infecções sexualmente transmissíveis.** Editora Realiza: p. 1-388–416, 2017.

REW L., FOULADI, R.T., YOCKEY, R.D. **Sexual health practices of homeless youth.** *J Nurs Scholarsh.* 2002;34(2):139-45. doi: 10.1111/j.1547-5069.2002.00139.x. PMID: 12078538.

ANEXOS

Anexo 1 – Quadro de análise de coleta de dados. 2021.

Nome do artigo	Autores	Ano	Revista	Resumo do Artigo	Categoria analítica
Health problems and healthcare service utilisation amongst homeless adults in Africa- a scoping review	Benedict Osei Asibey <i>et al.</i>	2020	BMC Public Health	O artigo de revisão obteve pesquisas e relatórios em seis bancos de dados diferentes sobre o tema de saúde física e mental, e a utilização de serviços de saúde entre os adultos em situação de rua na África. A partir dessa abordagem surgiram três temas de estudo: problemas de saúde física (como infecções sexualmente transmissíveis, lesões e deficiências, doenças respiratórias e cardíacas), problemas de saúde mental (transtornos psicóticos e de humor, automutilação e comportamento suicida) e problemas na utilização dos serviços de saúde. Como, também ressaltou a importância da existência de pesquisas futuras sobre o assunto e resoluções práticas sobre o tema.	O artigo aborda sobre problemas de saúde física, saúde mental e as dificuldades na utilização dos serviços de saúde das pessoas em situação de rua
Interpersonal relationships and drug use over time among homeless people: a qualitative study	Marília Ignácio de Espíndola <i>et al.</i>	2020	BMC Public Health	O estudo tem como objetivo elucidar como as relações interpessoais mudam ao longo do ciclo de vida dos usuários de drogas e álcool em situação de rua. É um estudo qualitativo em que apresentou vinte adultos com histórico de desabrigoamento e uso de álcool e outras drogas. A partir dessa abordagem surgiram quatro temas de estudo: infância (educação de instabilidade, abuso, violência e figura paterna ausente ou não muito presente), adolescência (evasão escolar e fracasso, aceitação de gênero e orientação sexual, nascimento do primeiro filho, convivência com um parceiro ou se casar), idade adulta (afastamento ou relação conflitante com a família, tráfico de drogas e prostituição) e fatores transversais (morte de parentes e uso de substâncias). Todos esses temas refletem rompimentos, conflitos e outros eventos que começam na infância e que podem ter efeito cumulativo nas fases posteriores da vida.	O artigo retrata sobre o ciclo de vida (da infância a idade adulta) dos usuários de drogas lícitas e ilícitas que se encontram em situação de rua

<p>The Relationship between Childhood Abuse and Violent Victimization in Homeless and Marginally Housed Women: The Role of Dissociation as a Potential Mediator</p>	<p>A. Young <i>et al</i></p>	<p>2018</p>		<p>Trata-se de um estudo prospectivo, que tem como objetivo investigar a relação entre o abuso na infância e a dissociação na vitimização violenta em uma coorte de mulheres sem teto e com moradia instável. Além de, avaliar se a dissociação mediava o abuso na infância e a vitimização violenta nessa amostra. Trezentas mulheres sem-teto ou com moradia instável foram inscritas na coorte entre 2008 e 2010, e acompanhadas a cada seis meses por um total de 7 pontos de tempo variando por um período de acompanhamento de até 3 anos a partir da data de recrutamento. Os resultados deste estudo indicam que, em uma coorte de mulheres vulneráveis onde a violência é desproporcionalmente comum, o abuso sexual na infância aumenta as chances de violência física e sexual duas e três vezes, respectivamente, mesmo após o ajuste para características demográficas, transtorno psiquiátrico e dissociação enquanto violência física na infância não. Mostram também, que o abuso e a dissociação na infância tem efeitos diretos independentes sobre a vitimização violenta.</p>	<p>Artigo aborda a relação entre o abuso sexual e a violência física na infância com a violência sexual e física recente em mulheres em situação de rua. se a dissociação media o abuso sexual na infância e a violência física recente seis meses após a avaliação inicial e se a dissociação media o abuso sexual na infância e a violência sexual recente seis meses após a avaliação inicial.</p>
<p>Comparing the Characteristics of Homeless Adults in Poland and the United States</p>	<p>P. A. TORO <i>et al</i></p>	<p>2014</p>	<p>Wayne State University</p>	<p>Este estudo comparou as características de amostras probabilísticas de adultos em situação de rua na Polônia (N = 200 de duas cidades) e nos Estados Unidos (N = 219 de uma cidade), usando medidas com confiabilidade e validade estabelecidas em populações de rua. As mesmas medidas foram usadas em todas as nações e um procedimento de tradução sistêmica garantiu a comparabilidade da medição. Os métodos de amostragem de probabilidade, desenvolvidos em vários estudos recentes de pessoas sem-teto nos Estados Unidos, foram usados para obter amostras representativas de adultos desabrigados nas regiões-alvo de ambas as nações. Este estudo identificou muitas diferenças, mas também algumas semelhanças, entre</p>	<p>Aborda a diferença entre os moradores sem teto da Polônia e EUA. Fala sobre as características de um morador de rua. Mas não tem foco nos temas: direitos sexuais, sexualidade, direitos reprodutivos.</p>

				amostras representativas de adultos sem-teto obtidas nas cidades dos Estados Unidos e da Polônia. As semelhanças incluíram a descoberta de que uma clara maioria da população adulta sem-teto era do sexo masculino em ambas as nações (73-74%), e muitos relataram ter filhos dependentes (29-35%; mesmo que essas crianças não fossem sem-teto com eles). Ambas as amostras também mostraram níveis elevados de problemas de saúde física (Ms = 15-16 sintomas) e muitas indicaram que tinham estado em algum tipo de colocação fora de casa quando eram crianças (14-17%).	
Mental and Physical Health among Homeless Sexual and Gender Minorities in a Major Urban US City	Annesa Flentje <i>et al.</i>	2016	Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine	O objetivo do estudo é identificar as diferentes causas para se tornar uma pessoa em situação de rua, problemas de saúde física e mental e experiências atuais de violência doméstica entre minorias sexuais e de gênero. Diferente de outros estudos, este deu foco para adultos em situação de rua e incluiu pessoas de minorias de gênero que não tem onde morar. O estudo também explora as diferentes razões para se tornar um sem teto, incluindo situação econômica, uso de álcool ou drogas, despejo e conflito familiar.	O artigo não aborda de forma direta os temas: direitos sexuais, direitos reprodutivos e sexualidade.
Reproductive health rights and survival: The voices of mothers experiencing homelessness	Cronley, Courtney; Hohn, Kris; Nahar, Shamsun	2017	Women Health	O artigo relata situações e experiências sobre o direito a saúde reprodutiva de mulheres moradoras de rua. O estudo tem como foco três aspectos: a gravidez inesperada, a perda do direito reprodutivo e resiliência (apoio social). Busca compreender como ocorre a maternidade em situações mais vulneráveis e o risco de envolvimento com o serviço de proteção a criança (CPS) e como as mães em ambiente desfavoráveis conseguem usar a resiliência para superar adversidades e preservar suas famílias. O artigo relata situações em que o direito sexual e reprodutivo foi violado, causando traumas e problemas de saúde. A coleta de dados foi feita com base em três situações: 1- mulheres sem-teto, 2- tivessem filhos e 3- relatassem que seus filhos estavam envolvidos com	O artigo aborda sobre o direito a saúde reprodutiva, sexual e a vulnerabilidades da maternidade em situação de rua.

				o CPS. O estudo conclui que 52,6% das participantes eram brancas, 72% heterossexual, 68,4% não são cansadas, 31,6% em ensino médio, 52,6% moravam em abrigo, 73% trabalham em vários empregos. O trabalho busca informar medidas de prevenção e formas de intervir situações traumáticas a saúde da mulher em situações precárias. Visa também ressaltar a necessidade do direito da mulher a saúde reprodutiva a ter planejamento familiar, cuidados pré-natal e nascimento saudáveis.	
HIV Risk and Gender in Jamaica's Homeless Population	SKYER S, N. et al	2018	AIDS Behav	O estudo tem como objetivo entender melhor a carga da doença por HIV entre a população em situação de rua na Jamaica, medindo a prevalência do HIV e identificar fatores de risco associados em uma amostra diversificada. A análise foi feita através de uma pesquisa transversal conduzida entre os moradores de rua em quatro (Kingston, St. Andrew, St. James and St. Ann) das quatorze paróquias da Jamaica e esta utilizou dados provenientes de vigilância comportamental conduzida pelo <i>National Council on Drugue Abuse</i> , em março de 2015. Assim, o estudo contou com uma amostra de 323 participantes, sendo 278 do sexo masculino e 45 do sexo feminino. Os critérios de inclusão no estudo foram presença no local no dia da coleta de dados, idade igual ou superior a 18 anos e por fim, residência noturna na rua ou em abrigo para moradores de rua. Através da discussão dos resultados, o estudo ratifica a alta prevalência de HIV entre a população de rua na Jamaica, que estava próximo da estimativa anterior de dados programáticos (12,9%, em 2014) e relata que as mulheres tem taxas de infecção significativamente maiores do que os homens (uma em cada quatro mulheres em situação de rua eram HIV-positivas, sendo que uma em cada três mulheres em situação de rua nunca haviam feito teste para HIV), o que sugere que este grupo de	O artigo aborda sobre a sexualidade e, direito sexual, saúde sexual, comportamentos de risco e as vulnerabilidades de grupos de pessoas em situação de rua na Jamaica, através da prevalência do HIV e identificação de fatores de risco para infecção com vírus da imunodeficiência humana (HIV). Não retrata sobre direitos reprodutivos.

				<p>mulheres está entre as três populações mais afetadas da Jamaica, junto com homens que fazem sexo com homens e mulheres transexuais. Além disso, o estudo encontrou altas taxas de fatores de risco de transmissão do HIV, incluindo trabalho sexual e parcerias múltiplas e altas taxas de vulnerabilidades sociais em mulheres em situação de rua, como encarceramento, uso de drogas (não-injetáveis) e estupro. A partir disso, acredita-se que os altos fatores de risco de transmissão do HIV, vulnerabilidades sociais entre a população desabrigada da Jamaica, combinados com o risco biológico do sexo feminino para a transmissão do HIV, são provavelmente contribuintes para a maior carga de HIV observada entre as mulheres desabrigadas da Jamaica. E por fim, o artigo relata que são necessárias intervenções pra toda a população desabrigada da Jamaica, principalmente para as mulheres, em relação ao alto risco de infecção por HIV.</p>	
<p>Narrative Review: Sexually Transmitted Diseases and Homeless Youth—What Do We Know About Sexually Transmitted Disease Prevalence and Risk?</p>	<p>CACCA MO, A. <i>et al</i></p>	<p>2017</p>	<p>Sexually Transmitted Diseases</p>	<p>O estudo em questão tem como objetivo revisar a literatura publicada para documentar estimativas de prevalência de IST entre jovens em situação de rua nos Estados Unidos, para contribuir para uma melhor compreensão da carga de IST entre essa população. Associado a isto, este também é responsável pela revisão das associações com comportamentos que podem colocar os jovens em situação de rua em maior risco de aquisição de IST e por buscar lacunas na literatura sobre este assunto. Este artigo foi desenhado como uma revisão narrativa que contou inicialmente com 35 artigos nas bases de dados PubMed, MEDLINE, Ovid e Google Acadêmico, sendo utilizados no estudo apenas 9 artigos devido aos critérios de inclusão, que foram: Língua inglesa, publicado em periódicos revisados por pares, conduzido nos Estados Unidos, relatadas taxas de</p>	<p>O artigo aborda sobre a direitos reprodutivos, sexualidade, direito sexual, saúde sexual, comportamentos de risco e a vulnerabilidades dos jovens em situação de rua nos Estados Unidos.</p>

				<p>prevalência de DST entre jovens em situação de rua e ter sido publicado entre 2000 e 2015. Os resultados avaliados nos artigos selecionados foram referentes a nove assuntos relacionados aos jovens em situação de rua, sendo dentre estes: participantes e critério de inclusão; recrutamento e coleta de dados; prevalência de IST; prevalência de IST e fatores demográficos; risco comportamental associado à prevalência de IST; uso de substâncias (álcool e drogas); sexo com múltiplos parceiros; uso de preservativo; violência e determinantes sociais da saúde. Com isso, foram relatados as IST's por amostra biológica e autorrelato e estas são: HIV, sífilis, herpes, hepatite B e C, HPV, verrugas genitais e tricomoníase. E por fim, embora o número de estudos publicados limite nossa capacidade de documentar uma estimativa de prevalência de DST nacional ou regional, os achados desta revisão de literatura contribuem para uma melhor compreensão da carga de DST entre jovens desabrigados e podem ajudar as agências e organizações que atender a essa população.</p>	
<p>Outbreak of Human Immunodeficiency Virus Infection Among Heterosexual Persons Who Are Living Homeless and Inject Drugs - Seattle, Washington, 2018</p>	<p>GOLDE N, M. et al</p>	<p>2019</p>	<p>MMWR Morb Mortal Wkly Rep.</p>	<p>O estudo em questão identificou um conjunto de casos de infecção pelo HIV entre pessoas que vivem desabrigadas, a maioria das quais injetou drogas. A investigação identificou 14 casos relacionados diagnosticados de fevereiro a meados de novembro de 2018 entre mulheres que injetam drogas e homens que fazem sexo com mulheres (RSU) que injetam drogas e seus parceiros sexuais. Todas as 14 pessoas estavam morando desabrigadas em uma área de aproximadamente 3 milhas quadradas e faziam parte de um aglomerado de 23 casos diagnosticados desde 2008. Vinte e sete casos de infecção pelo HIV foram diagnosticados entre mulheres e RSU que injetam drogas no Condado de King entre 1o de janeiro</p>	<p>O artigo não aborda os temas em procura. Trata-se de um aumento dos casos de HIV entre um grupo em situação de rua, envolvendo uso de drogas injetáveis e prostituição. Em nenhum momento do artigo é abordado direitos reprodutivos, sexualidade e saúde sexual.</p>

				<p>e 15 de novembro de 2018, um aumento de 286% em relação aos sete casos diagnosticados em 2017. A PHSKC alertou os prestadores de serviços médicos e sociais e o público sobre o surto, expandiu o teste de HIV entre pessoas que injetam drogas ou que vivem em situação de rua e está trabalhando para aumentar a disponibilidade de serviços clínicos e de prevenção na área geográfica do surto. Este surto destaca a vulnerabilidade das pessoas que injetam drogas, particularmente aquelas que também vivem desabrigadas, a surtos de infecção pelo HIV, mesmo em áreas com altos níveis de supressão viral e grandes programas de serviços de seringas (SSPs).</p>	
<p>Safety and Effectiveness of Same-Day Chlamydia trachomatis and Neisseria gonorrhoeae Screening and Treatment among Gay, Bisexual, Transgender, and Homeless Youth in Los Angeles, California and New Orleans, Louisiana</p>	<p>Erin M Keizer et al</p>	<p>2020</p>	<p>Sexually transmitted diseases</p>	<p>O estudo tem como objetivo avaliar a viabilidade e eficácia do tratamento de Chlamydia trachomatis (CT) e Neisseria gonorrhoeae (NG) no mesmo dia e pessoas que receberam tratamento oportuno. O público-alvo foram adolescentes com comportamentos sexuais de alto risco com idades entre 12 e 24 anos em abrigos de sem-teto, organizações de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros e centros de saúde comunitários em Los Angeles, Califórnia e Nova Orleans, Louisiana de maio de 2017 a junho de 2019</p>	<p>O artigo foca mais nos direitos sexuais e sexualidade da população estudada, uma vez que esses devem receber tratamento adequado quando infectados por Chlamydia trachomatis (CT) e Neisseria gonorrhoeae (NG). Não aborda sobre direitos reprodutivos</p>